



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

LEI Nº 2.169/2014, de 31 de Março de 2014.

**DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA “ADOTE UMA PRAÇA” NO
MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA
PARAÍBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica instituído o programa “Adote Uma Praça” no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Parágrafo único: O programa tem por objetivo promover parcerias entre a Administração Pública Municipal e a iniciativa privada para urbanização, manutenção e conservação de logradouros públicos locais.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, consideram-se logradouros públicos áreas verdes, parques, jardins, praças, rotatórias, canteiros centrais de avenidas, áreas de ginástica e lazer e outros espaços de propriedade pública, e de uso comum do povo, destinados à vias de circulação e a espaços livres.

Art. 3º. As atividades do participante do Programa “Adote uma Praça” serão compensadas, com o seu direito de colocar publicidade na área do logradouro e divulgar essa atividade em prol da responsabilidade social, a que se refere à parceria.

Art. 4º. A escolha do adotante será fundamentada, observando em ordem, os seguintes critérios:

- I** – natureza dos investimentos e serviços prestados;
- II** – menor número de placas publicitárias;
- III** – no caso de iguais numero de placas, o projeto com as de menor dimensão.

Parágrafo único: Em caso de empate, será realizado sorteio em data, hora e local publicado em veiculo oficial ou mídia local.

Art. 5º. A adoção de um logradouro público pode se destinar a:

- I** – utilização da praça pública;
- II** – implantação de áreas de esporte e lazer;



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

III – revitalização e conservação da área adotada

IV – realização de atividades culturais, esportivas ou de lazer.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por meio de decreto que estabelecerá os critérios para a realização de parcerias, elaboração de projetos, análise e aceitação de propostas, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

GABINETE DA PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA em, 31 de Março de 2014.

FRANCISCA DENISE ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA
Prefeita Constitucional